

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	38
Proposta de Orçamento de Capital	77

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.034.122.500
Preferenciais	0
Total	2.034.122.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	8.592.974	6.042.517	3.972.718
1.01	Ativo Circulante	2.161.478	1.233.835	702.424
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	590.373	777.826	463.510
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.301.402	255.469	79.246
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.301.402	255.469	79.246
1.01.03	Contas a Receber	130.460	111.686	122.080
1.01.03.01	Clientes	130.460	111.686	122.080
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	130.370	111.678	120.424
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	90	8	1.656
1.01.06	Tributos a Recuperar	73.385	29.770	31.599
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.858	59.084	5.989
1.01.08.03	Outros	65.858	59.084	5.989
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	1	1.160	1.175
1.01.08.03.02	Despesas antecipadas e outros créditos	65.857	57.924	4.814
1.02	Ativo Não Circulante	6.431.496	4.808.682	3.270.294
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.362	32.396	37.388
1.02.01.04	Contas a Receber	21.765	21.409	0
1.02.01.04.01	Contas a Receber das Operações	21.765	21.409	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	10.679
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	10.679
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	21.077
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.597	10.987	5.632
1.02.01.10.03	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	12.597	10.987	5.632
1.02.03	Imobilizado	631.861	412.635	203.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	353.988	97.874	41.967
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	956	2.680	6.699
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	276.917	312.081	155.111
1.02.04	Intangível	5.765.273	4.363.651	3.029.129

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.04.01	Intangíveis	5.765.273	4.363.651	3.029.129
1.02.04.01.02	Intangível	3.765.978	2.689.658	2.316.685
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	1.999.295	1.673.993	712.444

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	8.592.974	6.042.517	3.972.718
2.01	Passivo Circulante	273.141	252.167	1.269.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.898	21.480	17.982
2.01.02	Fornecedores	171.309	140.908	82.992
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	171.219	140.548	82.992
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	90	360	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.634	30.025	64.780
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.308	17.812	55.450
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	41.503
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	21.308	17.812	13.947
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.326	12.213	9.330
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.826	6.119	1.053.310
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.052	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.052	0	0
2.01.04.02	Debêntures	10.774	6.119	1.053.310
2.01.05	Outras Obrigações	31.474	53.635	50.902
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.955	43.451	43.117
2.01.05.02	Outros	5.519	10.184	7.785
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	2.566	2.454	2.348
2.01.05.02.05	Passivo de contrato	764	764	0
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	244	3.124	3.046
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento com partes relacionadas	0	0	764
2.01.05.02.08	Outras obrigações	1.945	3.842	1.627
2.02	Passivo Não Circulante	4.546.245	2.611.220	34.633
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.379.443	2.531.610	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	363.211	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	363.211	0	0
2.02.01.02	Debêntures	4.016.232	2.531.610	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02	Outras Obrigações	42.379	34.165	34.590
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	2.014
2.02.02.02	Outros	42.379	34.165	32.576
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31	391	713
2.02.02.02.04	Passivo de contrato	19.232	19.995	0
2.02.02.02.05	Fornecedores	22.397	13.276	7.019
2.02.02.02.06	Passivo de arrendamento	719	0	2.789
2.02.02.02.07	Passivo de arrendamento com partes relacionadas	0	0	20.785
2.02.02.02.08	Outras obrigações	0	503	1.270
2.02.03	Tributos Diferidos	110.547	38.278	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.547	38.278	0
2.02.04	Provisões	13.876	7.167	43
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.146	5.004	43
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	5.146	5.004	43
2.02.04.02	Outras Provisões	8.730	2.163	0
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	8.730	2.163	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.773.588	3.179.130	2.668.119
2.03.01	Capital Social Realizado	2.410.826	2.185.554	2.034.123
2.03.02	Reservas de Capital	1.355	958	307
2.03.04	Reservas de Lucros	1.361.407	992.618	633.689
2.03.04.01	Reserva Legal	104.915	73.224	46.370
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.256.492	919.394	587.319

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.847.555	2.531.626	1.813.247
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.885.438	-1.638.834	-1.023.658
3.02.01	Custo de Construção	-1.506.627	-1.299.232	-721.791
3.02.02	Serviços	-81.892	-78.972	-78.625
3.02.03	Depreciação e Amortização	-100.080	-79.699	-58.374
3.02.04	Custo com pessoal	-88.697	-92.194	-91.773
3.02.05	Materiais, equipamentos e veículos	-24.172	-24.243	-27.150
3.02.06	Provisão de manutenção	-6.127	-2.092	0
3.02.07	Outros	-77.843	-62.402	-45.945
3.03	Resultado Bruto	962.117	892.792	789.589
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-145.460	-130.733	-98.138
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-145.460	-130.733	-98.138
3.04.02.01	Serviços	-32.100	-34.965	-24.904
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-19.274	-1.727	-214
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-56.146	-55.913	-46.519
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-3.702	-3.392	-2.783
3.04.02.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-142	-4.961	-34
3.04.02.06	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-7.929	-7.835	-8.509
3.04.02.07	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-6.904	-5.902	-4.482
3.04.02.08	Aluguéis de imóveis e condomínios	-5.500	-4.518	-2.727
3.04.02.09	Água, luz, telefone, internet e gás	-2.720	-2.864	-1.644
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	-1.187	-960	-1.188
3.04.02.11	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-890	-646	-752
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-216	-301	-334
3.04.02.13	Editais e publicações	-85	-120	-68
3.04.02.14	Despesas legais e judiciais	-405	-260	-88
3.04.02.15	Despesas, provisões e multas indedutíveis	-5	85	-96
3.04.02.16	Outras despesas (receitas) operacionais	-8.255	-6.454	-3.796

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	816.657	762.059	691.451
3.06	Resultado Financeiro	1.455	-45.451	-45.706
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	818.112	716.608	645.745
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-184.297	-179.525	-160.757
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	633.815	537.083	484.988
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	633.815	537.083	484.988
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3116	0,26404	0,23843

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	633.815	537.083	484.988
4.03	Resultado Abrangente do Período	633.815	537.083	484.988

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	720.666	925.593	513.414
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	898.753	809.817	675.450
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	633.815	537.083	484.988
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.269	48.957	-8.011
6.01.01.03	Depreciação e amortização	116.641	77.407	54.569
6.01.01.04	Juros e variações monetárias sobre debêntures	325.107	203.907	153.602
6.01.01.05	Constituição líq. de rev. e atual. para provisões de riscos cíveis, trabal., previd., trib. e contra	4.745	25.445	25.762
6.01.01.06	Comissão de fiança partes relacionadas	0	0	2.770
6.01.01.07	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	64	81	7
6.01.01.08	Rendimento de aplicação financeira	-68.089	-13.079	-43.453
6.01.01.09	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	127	509	888
6.01.01.10	Depreciação – Direito de uso em arrendamento	2.713	4.019	4.019
6.01.01.11	Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	0	-2	2
6.01.01.12	Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações	397	651	307
6.01.01.13	Baixa do ativo imobilizado	228	16	0
6.01.01.14	Capitalização de custo de empréstimos	-195.831	-77.340	0
6.01.01.15	Constituição da provisão de manutenção	6.127	2.092	0
6.01.01.16	Ajuste a valor presente provisão manutenção	440	71	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-178.087	115.776	-162.036
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-19.048	9.904	45.527
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-82	160	1.914
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-40.929	1.829	-4.332
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-9.543	-58.465	-8.756
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	1.159	15	-1.175
6.01.02.06	Fornecedores	-49.407	240.465	-168.901
6.01.02.07	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-17.496	-111	24.062
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	113.093	89.810	153.054
6.01.02.09	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-148.238	-151.288	-187.194

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.10	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-4.603	-20.484	-25.728
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	58	3.176	6.579
6.01.02.12	Outras obrigações	-2.400	1.448	2.786
6.01.02.13	Obrigações com o Poder Concedente	112	106	128
6.01.02.14	Passivo de contrato	-763	-789	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.435.275	-1.886.999	-261.050
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-106.218	-204.955	-115.881
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-1.527.728	-1.532.023	-623.952
6.02.03	Outros de ativo imobilizado e intangível	176.515	13.123	24.606
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-976.381	-117.445	454.177
6.02.05	Resgates / aplicações (conta reserva)	-1.463	-45.699	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.527.156	1.275.722	-410.889
6.03.01	Financiamento e debêntures - Captações (líquido dos custos de transação)	1.726.252	2.481.086	0
6.03.02	Financiamento e debêntures (pagamento de principal)	0	-1.050.000	0
6.03.03	Financiamento e debêntures (pagamento de juros)	-195.819	-150.574	-154.032
6.03.04	Juros sobre capital próprio pago	0	0	-249.665
6.03.05	Arrendamento - Pagamento de principal	-3.277	-4.790	-7.192
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-187.453	314.316	-158.525
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	777.826	463.510	622.035
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	590.373	777.826	463.510

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.185.554	958	992.618	0	0	3.179.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.185.554	958	992.618	0	0	3.179.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	225.272	397	0	0	0	225.669
5.04.01	Aumentos de Capital	225.272	0	0	0	0	225.272
5.04.08	Plano de Incentivos de Longo Prazo, liquidáveis em ações	0	397	0	0	0	397
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.789	0	368.789
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	633.815	0	633.815
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-265.026	0	-265.026
5.05.02.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-265.026	0	-265.026
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	368.789	-368.789	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	368.789	-368.789	0	0
5.07	Saldos Finais	2.410.826	1.355	1.361.407	0	0	3.773.588

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.034.123	307	633.689	0	0	2.668.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.034.123	307	633.689	0	0	2.668.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	151.431	651	0	0	0	152.082
5.04.01	Aumentos de Capital	151.431	0	0	0	0	151.431
5.04.09	Plano de Incentivos de Longo Prazo, liquidáveis em ações	0	651	0	0	0	651
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	358.929	0	358.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.083	0	537.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-178.154	0	-178.154
5.05.02.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-178.154	0	-178.154
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	358.929	-358.929	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	358.929	-358.929	0	0
5.07	Saldos Finais	2.185.554	958	992.618	0	0	3.179.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.034.123	0	308.766	0	0	2.342.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.034.123	0	308.766	0	0	2.342.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	307	0	0	0	307
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	307	0	0	0	307
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	484.988	0	484.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	484.988	0	484.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	324.923	-484.988	0	-160.065
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	324.923	-324.923	0	0
5.06.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-160.065	0	-160.065
5.07	Saldos Finais	2.034.123	307	633.689	0	0	2.668.119

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	2.979.882	2.653.810	1.922.650
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.978.931	2.653.238	1.922.331
7.01.02	Outras Receitas	951	570	321
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	2	-2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.753.426	-1.531.770	-931.709
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-172.409	-159.512	-159.084
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.263	-70.934	-50.834
7.02.04	Outros	-1.512.754	-1.301.324	-721.791
7.02.04.01	Custos de construção	-1.506.627	-1.299.232	-721.791
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-6.127	-2.092	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.226.456	1.122.040	990.941
7.04	Retenções	-119.354	-81.426	-58.588
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119.354	-81.426	-58.588
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.107.102	1.040.614	932.353
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	134.499	84.894	113.085
7.06.02	Receitas Financeiras	134.499	84.894	113.085
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.241.601	1.125.508	1.045.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.241.601	1.125.508	1.045.438
7.08.01	Pessoal	114.685	120.215	114.219
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.519	78.097	81.423
7.08.01.02	Benefícios	37.640	34.938	26.594
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.526	7.180	6.202
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	343.955	328.109	292.569
7.08.02.01	Federais	266.095	255.338	226.838
7.08.02.02	Estaduais	506	845	629
7.08.02.03	Municipais	77.354	71.926	65.102
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	149.146	140.101	153.662
7.08.03.01	Juros	132.545	130.105	158.210

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.02	Aluguéis	16.601	9.996	-4.548
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	633.815	537.083	484.988
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	265.026	178.154	160.065
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	368.789	358.929	324.923

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (RioSP).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.2 Introdução

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. foi constituída em 2021 e tem por objetivo exclusivo a exploração da BR-116/101/SP/RJ, nos termos do contrato de concessão com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 03/2021.

O sistema rodoviário objeto da concessão apresenta uma extensão total de 625,8 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras-de-arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão. Compreendendo os seguintes trechos:

- Rodovia BR-116/RJ– (Extensão: 124,9 km)
- Rodovia BR-116/SP– (Extensão: 230,6 km)
- Rodovia BR-101/RJ– (Extensão: 218,2 km)
- Rodovia BR-101/SP– (Extensão: 52,1 km)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O contrato foi assinado com o Governo Federal em 28 de janeiro de 2022, com início da concessão em 01 de março de 2022 pelo prazo de 30 anos, encerrando-se em 29 de fevereiro de 2052.

94,2% da receita operacional da RioSP advém da cobrança de pedágios na Via Dutra e 5,8% do trecho da BR-101. Em 2025, 99,0% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 1,0% de outras receitas.

Destaques de 2025

O exercício de 2025, se destaca pelo grande volume de investimentos no sistema rodoviário sob controle da RioSP. Tivemos o volume de R\$ 1.108.363 investidos em verbas de projetos, meio ambiente, remoção de interferências, desapropriação para viabilizar a implantação das obras de melhoria da capacidade da rodovia da Região Rural BR-116 em São Paulo e Rio de Janeiro, Complexo Viário da Região Metropolitana de SP na BR-116, Serra das Araras BR-116 RJ e Duplicação da BR-101. E valores de execução das obras da Região Rural BR-116 em São José dos Campos/SP, Complexo Viário da Região Metropolitana de SP na BR-116 e Serra das Araras BR-116/RJ.

Investimento de R\$ 25.621 no desenvolvimento de funcionalidades nas camadas dos sistemas de Arrecadação, BackOffice e cobrança com foco na criação de meios de pagamentos alternativos ao dinheiro em espécie.

Investimento de R\$ 23.647 para Implantação do “backbone” óptico em toda a extensão da BR-101, contemplando a construção de dutos, caixas de passagem e lançamento da cabos ópticos para estabelecer comunicação entre todas as edificações e ativos de tecnologia na rodovia e o Centro de Controle Operacional (CCO) RioSP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimento de R\$ 14.178 na implantação de um sistema de cobrança na modalidade Fluxo Livre (Free-Flow) entre os km 205 e 230 na BR-116/SP, permitindo a cobrança dos usuários das faixas expressas da rodovia sem a necessidade da redução de velocidade do veículo.

Em 05 de fevereiro de 2025, foi assinado o 12º termo de aditivo ao contrato no qual tem por objeto a alteração da localização originalmente prevista no Programa de Exploração da Rodovia no que concerne à passarela do km 157+300 da BR-116/SP, sendo substituída pela implantação de passarela no km 156+640 da BR-116/SP, e não confere prazo adicional para a sua execução. Não sendo alterado o quantitativo por ano de passarelas, nem o ano de concessão a ser implantado, permanecendo no 3º ano. Bem como outras disposições previstas originalmente no Programa de Exploração da Rodovia do Contrato do Edital de Concessão nº 03/2021.

Em 17 de março de 2025, foi assinado o 13º termo de aditivo ao contrato no qual tem por objeto incluir nova obrigação à Concessionária quanto à contratação e custeio dos serviços de processamento de infrações de trânsito decorrentes do não pagamento de pedágio no sistema de livre passagem (Free Flow) na Rodovia BR-101/RJ, no trecho que interliga a cidade do Rio de Janeiro – no entroncamento com a BR-465/RJ-095 até Praia Grande (Ubatuba/SP).

Em 08 de setembro de 2025, foi assinado o 14º termo de aditivo ao contrato que teve por objetivo padronizar a aplicação da Reclassificação Tarifária na hipótese da entrega de obras de determinado trecho homogêneo. A ANTT autorizará a Reclassificação Tarifária na hipótese da entrega das obras de duplicação determinado Trecho Homogêneo, da entrega das obras da Serra das Araras ou das obras da BR-101, conforme previstas no PER - Programa de Exploração Rodoviária, terem sido aceitas pela ANTT e abertas ao tráfego.

Em 26 de novembro de 2025, foi assinado o 15º termo de aditivo ao contrato que tem por objeto alterar dispositivos do Anexo 14 do PER - Programa de Exploração Rodoviária, do Contrato do Edital de Concessão nº 03/2021, que disciplina as regras de gerenciamento de tráfego por meio do Free Flow no âmbito do Trecho Metropolitano, visando reforçar a natureza do Sistema Rodoviário como uma composição de vias para tráfego de longa distância, otimizar a utilização da infraestrutura existente e reduzir o congestionamento nas vias marginais do Trecho Metropolitano (km 205 a 230 da BR-116/SP).

Em 08 de dezembro de 2025, foi assinado o 16º termo de aditivo ao contrato que tem por objeto alterar os Parâmetros Operacionais do PER - Programa de Exploração da Rodovia, anexo ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2021, a fim de adotar aos Parâmetros Operacionais de 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ano de 2025, o CPR - Centro de Pesquisas Rodoviárias da Motiva conduziu 57 pesquisas técnicas internas, voltadas ao suporte direto às unidades operacionais e áreas corporativas da Motiva na tomada de decisões estratégicas, fundamentadas em análises comparativas, ensaios laboratoriais e avaliações de desempenho de materiais, tecnologias e métodos construtivos aplicáveis à infraestrutura rodoviária.

Essas pesquisas tiveram como objetivo principal reduzir riscos técnicos, otimizar custos de ciclo de vida e elevar o desempenho estrutural e funcional dos pavimentos, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos ativos rodoviários do grupo.

Entre as principais frentes de pesquisa desenvolvidas, destacam-se:

- Estudos de dosagem e desempenho de misturas asfálticas com incremento de RAP, visando à maximização do reaproveitamento de materiais, à redução de custos e à mitigação de impactos ambientais;
- Avaliação de solos tratados com agentes estabilizantes, com foco na melhoria da capacidade estrutural e na ampliação da vida útil de camadas de pavimento;
- Incorporação de plásticos reciclados em misturas asfálticas, explorando alternativas tecnológicas alinhadas à economia circular;
- Pesquisas envolvendo aditivos de origem vegetal, visando ganhos de desempenho e sustentabilidade;
- Análise da aplicação de tecnologias de mistura morna (WMA), com foco na redução de consumo energético, emissões e melhoria da trabalhabilidade;
- Caracterização e avaliação de materiais de campo, incluindo fresado asfáltico, misturas usinadas e solos naturais e tratados, para suporte às decisões de projeto e execução.

No ano de 2025, o CPR - Centro de Pesquisas Rodoviárias manteve atuação contínua e estratégica no suporte à implementação do SGP - Sistema de Gerência de Pavimentos, atuando de forma integrada às equipes de projeto, monitoramento e planejamento, tanto na definição de requisitos técnicos e funcionais quanto no processo de validação e homologação da ferramenta sob a ótica de negócio, assegurando sua aderência às necessidades reais da operação.

Adicionalmente, o CPR - Centro de Pesquisas Rodoviárias representou tecnicamente a área de Pavimentos nos processos de manutenção da certificação ISO 55.001 da unidade RioSP, assegurando o alinhamento das práticas de engenharia, pesquisa e controle tecnológico aos princípios de gestão de ativos, tomada de decisão baseada em risco e otimização do valor dos ativos, conforme estabelecido no SAMP – Plano Estratégico de Gestão de Ativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, o CPR - Centro de Pesquisas Rodoviárias atuou de forma estruturada no fomento, avaliação técnica e incentivo à adoção de misturas asfálticas recicladas com uso de RAP, consolidando essas tecnologias como soluções técnicas viáveis, economicamente eficientes e ambientalmente responsáveis, em plena consonância com as diretrizes ESG da Motiva.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela RioSP são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Em 2025, passaram 101.701.651 veículos pedagiados e 180.848.921 veículos equivalentes bidirecionais nas 5 praças de pedágio e 4 pórticos de cobrança Free-Flow.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 1.472.304 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, e R\$ 3.113.430, quando foram computadas as receitas financeiras e de construção obtidas no exercício.

2.2 Desempenho

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 1.340.928;
- O Lucro líquido atingiu R\$ 633.815;
- O EBITDA atingiu R\$ 936.011;
- O EBIT atingiu R\$ 816.657.

Em R\$ mil	2025	2024	%
Receita líquida	2.847.555	2.531.526	12,48%
Receita de pedágio	1.437.622	1.342.169	7,11%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.506.627	1.299.232	15,96%
Outras receitas	14.588	11.837	23,24%
(-) Deduções da receita bruta	131.376	121.612	8,03%
(-) Custos e despesas (a)	2.030.898	1.769.567	14,77%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	1.506.627	1.299.232	15,96%
Demais custos e despesas	524.271	470.335	11,47%
EBIT (b)	816.657	762.059	7,16%
Margem EBIT	28,70%	30,10%	-4,65%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Margem EBIT ajustada (c)	60,90%	61,80%	-1,46%
(+) Depreciação/amortização	119.354	81.426	46,58%
EBITDA (b)	936.011	843.485	10,97%
Margem EBITDA	32,90%	33,33%	-1,29%
EBITDA ajustado	942.138	845.577	11,42%
Margem EBITDA ajustada (d)	70,30%	68,60%	2,48%
Lucro líquido	633.815	537.083	18,01%
Dívida bruta (e)	4.393.269	2.537.729	73,12%
Investimentos - (incluindo manutenção)	1.722.811	1.562.901	10,23%
Veículos equivalentes (em milhares)	180.848.921	173.981.609	3,95%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas;

(b) Calculados de acordo com a Resolução CVM nº. 156/2022;

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção;

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção;

(e) Somatório das debêntures e financiamentos de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.2.1 Receita Operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 1.437.622.

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R\$ 14.588.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram montante de R\$ 2.030.898. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos montante de R\$ 424.191.

2.2.3 Investimentos

Os investimentos da RioSP somaram R\$ 1.642.115 em 2025.

No ano, os principais investimentos ocorreram nas obras de ampliação de capacidade de tráfego na região metropolitana de São Paulo, São José dos Campos, Serra das Araras e duplicação da BR-101.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Investimentos
	2025
- Melhoria e Ampliação de Capacidade de Tráfego	1.068.188
- Frente de Recuperação e Manutenção	300.835
- Equipamentos e Sistemas de Tecnologia	129.342
- Aquisição de Veículos	24.642
- Ampliação da Praça de Pedágio e Pista/FreeFlow	21.722
- Obras de Melhorias em CONTENÇÃO e Taludes	11.594
- Outros	85.792
Total	1.642.115

2.2.4 Captações de recursos

A RioSP concluiu o contrato de financiamento de longo prazo da concessão em 2024 e fez a quitação do empréstimo ponte adquirido no início da operação. O empréstimo de R\$ 10,75 bilhões junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para as obras da concessão RioSP, inclui a emissão de debêntures incentivadas de R\$ 9,41 bilhões, a maior operação de títulos incentivados já realizada no país. O valor restante trata-se da linha Finem do BNDES. As debêntures foram divididas em 8 séries a serem desembolsadas conforme o cronograma da oferta.

Em outubro de 2025, houve o desembolso da terceira série, com vencimento em 22 anos e taxa de IPCA + 6,90% ao ano. Além disso, também ocorreu, no mesmo mês, o desembolso da linha Finem, que possui vencimento em 21 anos e custo de IPCA + 8,68% ao ano.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2025, o valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 1.241.601.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

Em 12 dezembro de 2025 foi aprovado em reunião do conselho de administração o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024 (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2025, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 265.026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia iniciou o quarto ano da concessão mantendo a operação da Via Dutra e da BR-101, no trecho entre Ubatuba e o Rio de Janeiro.

Além disso, a concessionária concluiu as obras de ampliação da capacidade de tráfego na BR-116, especificamente no trecho da Região Metropolitana de São Paulo, e mantém o andamento das obras na cidade de São José dos Campos, entre os quilômetros 151 e 158, com previsão de término em fevereiro de 2026. Paralelamente, dando continuidade as obras na Serra da Araras, cuja conclusão está prevista para fevereiro de 2027.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Em 2025, concluímos com êxito o segundo ciclo de auditoria de supervisão das certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e ISO 39001 (Segurança Viária), conduzido pela Fundação Vanzolini entre 10 e 13 de novembro. Esse resultado reforça nosso compromisso com os mais altos padrões de qualidade, segurança e preservação ambiental.

Além disso, realizamos com sucesso o primeiro ciclo de auditoria de supervisão do Sistema de Gestão de Ativos, conforme os requisitos da norma ISO 55001, por meio da auditoria conduzida pela Fundação Vanzolini de 17 a 19 de fevereiro. Essa conquista evidencia nossa dedicação à excelência na gestão do ciclo de vida dos ativos.

Outro fator relevante para a área da Qualidade em 2025 foi a preparação para a migração da ferramenta de gestão Docnix para a plataforma SoftExpert. Essa transição tem como objetivo aprimorar a integração dos processos, aumentar a eficiência operacional e garantir maior robustez no controle das informações, alinhando-se às melhores práticas de gestão e às necessidades estratégicas da organização.

2.2.9 Recursos Humanos

Durante o ano de 2025 a RioSP, realizou treinamentos e capacitações internas para os seus colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram: NR-5 (CIPA), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), NR-12 (Segurança do trabalho com Máquinas e Equipamentos), NR-35 (trabalho em altura), Revisões dos procedimentos operacionais, Manejo de Fauna, conscientização SGI, Lives de temas técnicos operacionais, Operações com Guincho Leve, Guincho Pesado, Moto, Caminhão Pipa e Rebocador.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Não houve valor investido em treinamentos, pois todos foram realizados on-line e presenciais na sede e pontos de apoio de treinamento da concessionária utilizando mão de obra própria especializada e técnica.

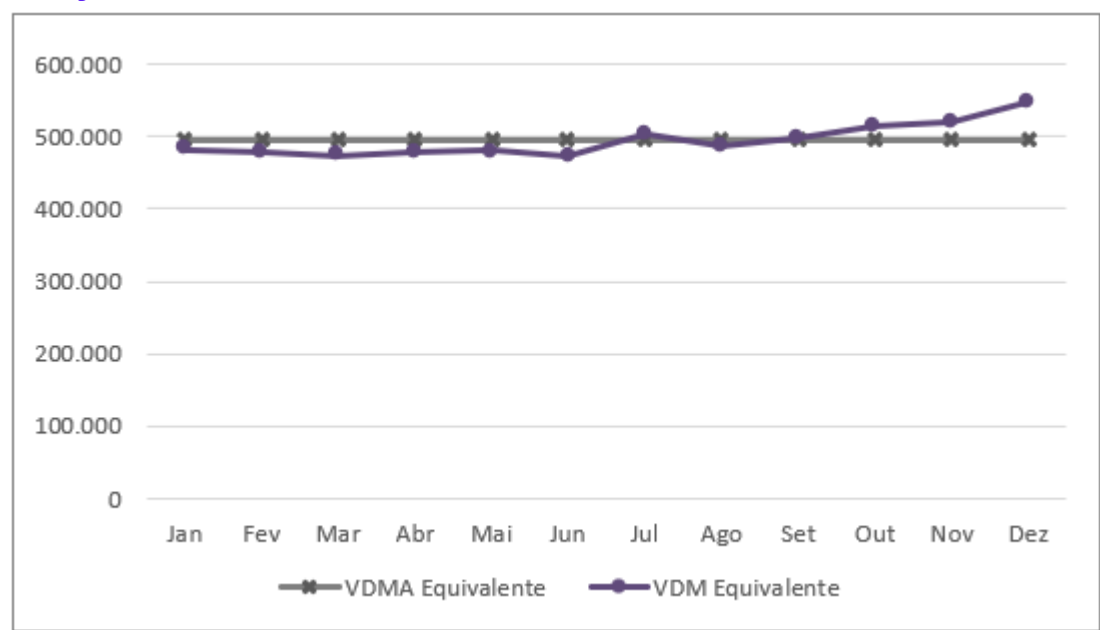
3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

3.1.1. Volume

Na figura é apresentado o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2025, VDM e VDMA respectivamente.

Variação mensal do volume no ano base



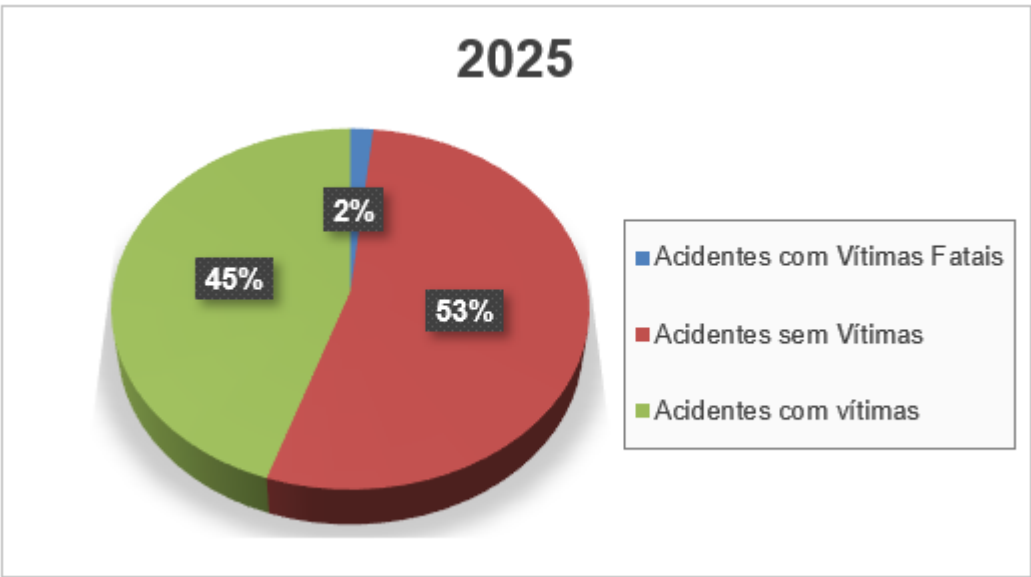
3.2. Caracterização do Tráfego

3.2.1. Volume

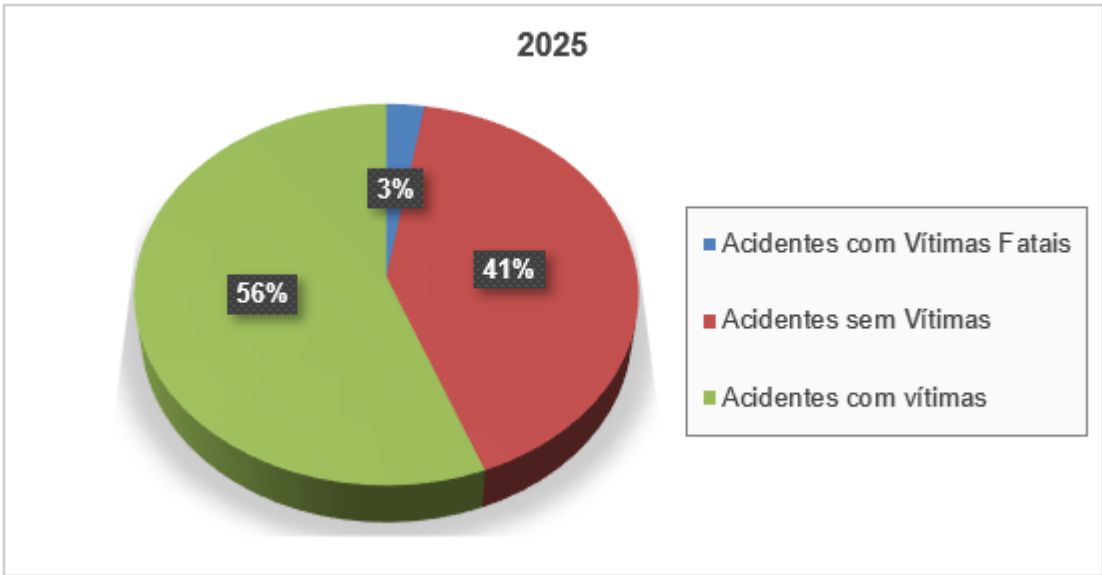
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Percentual de acidentes por gravidade em 2025 BR-116



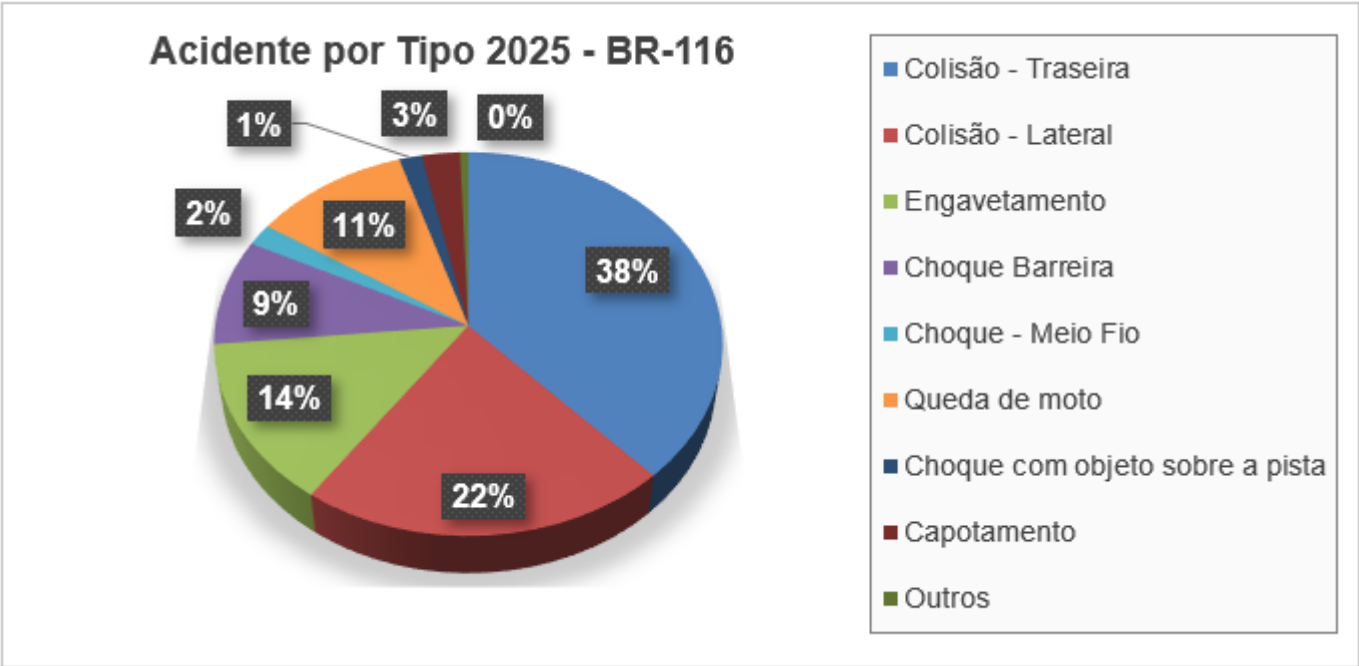
Percentual de acidentes por gravidade em 2025 BR-101



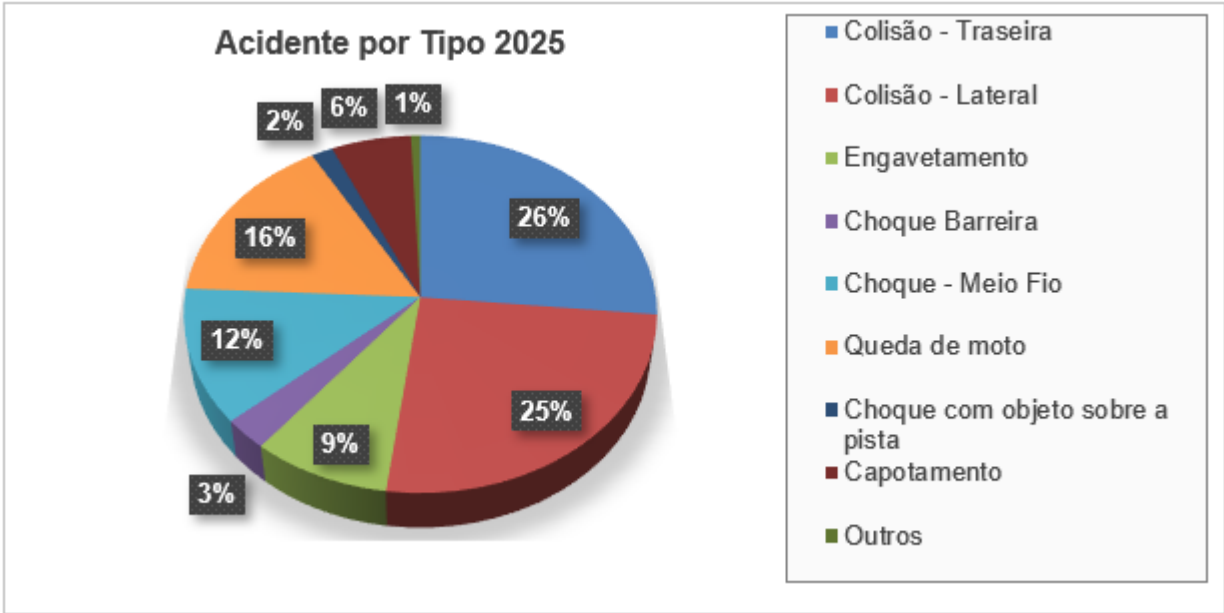
A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Acidente por tipo em 2025 BR-116



Acidente por tipo em 2025 BR-101



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.3. Dados de Operação da Concessão****3.3.1. Veículos Alocados**

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO - BR116	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	18	5
Guincho Leve	22	6
Guincho Pesado	13	4
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	26	7
Ambulância Simples UTI	5	1
Carreta Reboque animais	1	-
Carreta Reboque de Veículos	16	5
Pipa	4	1
Munck	1	-
Moto	6	2
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	-
VIR (veículo de intervenção rápida)	3	1
Total de veículos operacionais	121	34

TIPO DE VEÍCULO – BR101	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	9	3
Guincho Leve	6	2
Guincho Pesado	4	1
Guincho Super Pesado	1	-
Carro Resgate	4	1
Ambulância Simples UTI	3	1
Carreta Reboque de Veículos	11	4
Pipa	1	-
Caminhão Boiadeiro	2	1
Total de veículos operacionais	41	13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

UNIDADE	Quantidade	Qtd./100Km
Administração	34	5
Pedágio	4	1
Segurança de trabalho	9	1
Manutenção	18	3
Faixa de domínio	23	4
Total de veículos de apoio	88	14

No exercício de 2025, foram registrados 218.902 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário.

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Quantidade	Qtde/VDMA
Ger. Operações	1	-
Coordenador(a) Operações	3	-
Sup. Tráfego	7	-
Operador(a) Tráfego II	201	4
Líder Balança	8	-
Operador(a) Balança	28	1
Auxiliar de Operações	12	-
Operador(a) Tráfego II (SOS Mecânico)	53	1
Operador Tráfego - Orientador	53	1
Médico	2	-
Socorrista APH	118	2
Líder Enfermagem APH	2	-
Total de Pessoal Operacional	488	9
Sup. Pedágio	2	-
Operador Pedágio	111	2
Total de Pessoal de Pedágio	113	2
Total	601	11

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulada
Receitas de pedágio	1.437.622	4.940.795
Receitas acessórias	14.588	45.397
Receitas de prestação de serviços entre partes relacionadas	-	1.565
Total das receitas	1.452.210	4.987.757

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

3.4.1. Investimentos DFC* (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulada
Adição do intangível	1.527.728	4.107.227
Aquisição de imobilizado	106.218	550.241
Total dos investimentos	1.633.946	4.657.468

(*) Movimentações caixa.

3.4.2. Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulada
Custos Operacionais	424.191	1.389.019

3.4.3. ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulada
Pedágio	77.302	272.906
Acessória	-	3
ISS Total	77.302	272.909

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4.4. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em reais.

Concessionária em números

SETEMBRO 2025 a AGOSTO 2026														
CATEGORIA	TARIFA EDITAL	AUTO	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	MOTO	3S	4S	10D
EIXO		1	2	3	4	5	6	7	8	9	0,5	1,5	2	10
BR 116 - Arujá	4,50	4,20	8,40	12,60	16,80	21,01	25,21	29,41	33,61	37,81	2,10	6,30	8,40	42,01
BR 116 - Guararema	4,50	4,20	8,40	12,60	16,80	21,01	25,21	29,41	33,61	37,81	2,10	6,30	8,40	42,01
BR 116 - Jacareí	8,10	7,56	15,12	22,69	30,25	37,81	45,37	52,94	60,50	68,06	3,78	11,34	15,12	75,62
BR 116 - Moreira César	16,90	15,78	31,56	47,33	63,11	78,89	94,67	110,44	126,22	142,00	7,89	23,67	31,56	157,78
BR 116 - Itatiaia	14,50	13,54	27,07	40,61	54,15	67,69	81,22	94,76	108,30	121,83	6,77	20,31	27,07	135,37
BR 101 - Itaguaí DU	4,80	4,48	8,96	13,44	17,93	22,41	26,89	31,37	35,85	40,33	2,24	6,72	8,96	44,81
BR 101 - Mangaratiba DU	4,80	4,48	8,96	13,44	17,93	22,41	26,89	31,37	35,85	40,33	2,24	6,72	8,96	44,81
BR 101 - Paraty DU	4,80	4,48	8,96	13,44	17,93	22,41	26,89	31,37	35,85	40,33	2,24	6,72	8,96	44,81
BR 101 - Itaguaí FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	36,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75
BR 101 - Mangaratiba FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	36,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75
BR 101 - Paraty FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	36,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75

A diferença entre a Tarifa Edital e a Tarifa Praticada resulta da aplicação da retenção de recursos vinculados prevista no Contrato de Concessão. No período de setembro de 2025 a agosto de 2026, o percentual de retenção estabelecido é de 6,64%. Os valores retidos são direcionados para a Conta de Recursos Vinculados, conforme determina o contrato.

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	673	
Número de veículos que transitaram	101.701.651	Quantidade por tamanho
Veículos leves	74.957.819	
Motos	89.931	
Caminhões	26.159.323	
Ônibus	494.578	
Veículos isentos	-	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Número de praças de pedágios	6	
Número de pórticos	3	Free Flow
Número de quilômetros mantidos	625,8	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	495.316	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo. Gráfico no item 3.1.1
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	495.476	Média anual. Gráfico no item 3.1.1
Equipamentos utilizados pelo concessionário	250	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	IRI < 3,5 m/KM	Microtextura (Índice de Irregularidade Longitudinal)
	HS>0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	1.437.622	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	119.354	Valores detalhados nas notas explicativas 10 e 11.
Ativo Líquido (disponibilidades)	1.891.775	
Ativo Bruto	8.592.974	
Série Histórica dos Investimentos	1.642.115	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	9,80% a.a.	WACC Regulatório – set/25

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	32.100	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	282	Valores monetários
Outras Despesas	113.716	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	8.311	
Acidentes c/ vítimas feridas	3.956	
Acidentes s/ vítimas	4.194	
Acidentes c/ mortos	161	
Vítimas feridas	5.689	
Mortos	178	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

<u>Indicadores</u>		
Receita por veículo	14,14	
Custo por veículo	4,17	

Balanço Social

Base de cálculo	2025
Faturamento bruto	
Receita líquida (RL)	2.847.555
Resultado operacional (RO)	816.657
Folha de pagamento bruta (FPB)	56.146
Folha de pagamento bruta - total remunerações	56.146
Indicadores do corpo funcional	
Nº de colaboradores ao final do período	933
Nº de admissões durante o período	200
Nº de demissões durante o período	371
Nº de colaboradores com até 18 anos	20
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	87
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	637
Nº de colaboradores acima de 45 anos	242
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	278
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	28%
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	423
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	30

4. Demais assuntos**4.1. Governança Corporativa**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por dois membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por três membros.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Diretora de Relações com Investidores da Companhia é a Sra. Carla Henriques Silva Fornasaro, endereçada na Rodovia Presidente Dutra (BR-116 SP/RJ), km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo pode ser contatada no telefone (11) 2795-2411 ou pelo e-mail cvm.riosp@motiva.com.br.

4.2. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico da Motiva para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em toda Motiva, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade da Motiva é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da Motiva. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é da Motiva, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos da Motiva:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para conhecer essas e outras políticas da Motiva, acesse:

<http://ri.motiva.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, a Motiva divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do relatório anual e de sustentabilidade. Para ler edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade acesse:

<http://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.2.1. Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, a Motiva participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, a Motiva divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do relatório anual e de sustentabilidade. A edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade está disponível em <http://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.2.2. Instituto Motiva

O Instituto Motiva, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social da Motiva, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto Motiva é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.institutomotiva.com.br>.

4.2.3. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável da Motiva e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2025, a companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- RioSP venceu em três categorias no prêmio Destaques ANTT 2025
- Diretora-Presidente da RioSP recebe medalha de Mérito do Transporte

4.3. Destaques do Período

Os principais destaques da RioSP em 2025 foram:

- Em janeiro de 2025, a RioSP entregou a conexão da pista expressa da Via Dutra ao novo viaduto do Tatuapé, em São Paulo;
- Em fevereiro de 2025, anunciou o volume de desmonte de rochas previsto para o ano na obra da Nova Serra das Araras. Além de reforçar as interdições programadas na pista de subida;
- Em fevereiro de 2025, a RioSP inaugurou seu segundo Ponto de Parada e Descanso (PPD), em Itatiaia, na Via Dutra;
- Em abril, a RioSP entregou o primeiro viaduto da nova Serra das Araras;
- Em abril, a RioSP aproveitou o feriado de Páscoa para fazer ações de orientação do Free Flow na Rio-Santos;
- Em maio, a RioSP fez uma série de ações de segurança dentro do período da campanha Maio Amarelo;
- Em maio, no feriado do dia do Trabalho, a RioSP fez ações de orientação do Free Flow na Rio-Santos;
- Em julho, a RioSP informou a passagem de uma carga especial de tamanho inédito na Via Dutra;
- Em julho, a RioSP entregou um trecho de 4km de nova pista marginal em São José dos Campos. Também foram entregues quatro passarelas, sendo três readequadas e uma nova, no km 157;
- Em agosto, a RioSP entregou os novos viadutos do complexo viário que liga as pistas expressas da Via Dutra à rodovia Fernão Dias;
- Em agosto, a RioSP informou os novos valores das tarifas das praças de pedágio e do pedágio eletrônico Free Flow da Rio-Santos;
- Em agosto, a RioSP iniciou ações de orientação sobre o Free Flow da Via Dutra. Elas aconteceram na cidade de Guarulhos e em postos de serviços na rodovia;
- Em setembro, a RioSP anunciou que a obra da Nova Serra das Araras alcançou avanço físico de 45%;
- Em setembro, a RioSP em parceria com a Firjan e a construtora EGTC inaugurou o canteiro escola da Serra das Araras;
- Em setembro, a RioSP reforçou as orientações de segurança de como dirigir em situação de fumaça na rodovia;
- Em setembro, a RioSP realizou uma série de ações de segurança na Semana Nacional do Trânsito. O foco foi o uso do celular na direção e os riscos que a prática representa;
- Em setembro, a RioSP entregou 12 novas viaturas à Polícia Rodoviária Federal;
- Em setembro, a RioSP iniciou o projeto 'Educando pelo Esporte – Vôlei', em Guarulhos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O destaque de outubro da RioSP foi o projeto Romaria Segura – 2025. Desenvolvido em parceria com a ANTT, a concessionária realizou uma série de ações de segurança e de orientação para os romeiros que caminharam em direção ao Santuário de Aparecida. No período da campanha, não foi constatada nenhuma morte na rodovia.
- Em novembro, após autorização da ANTT, a RioSP divulgou o pedágio eletrônico Free Flow da Via Dutra. O material trazia todas as informações do novo sistema de cobrança de tarifa;
- Em novembro, a RioSP fez uma nova entrega de novas pistas marginais em São José dos Campos;
- Em dezembro, mês de início da cobrança do pedágio eletrônico Free Flow na Via Dutra, o destaque ficou por conta das divulgações educativas sobre o novo modelo de cobrança. Ao todo, foram cinco releases à imprensa;
- Em dezembro, a RioSP informou a formação da primeira turma de mulheres do canteiro escola na Serra das Araras;
- Em dezembro, a RioSP reforçou as ações de orientação do Free Flow na Via Dutra e na Rio-Santos;

4.3.1. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 080 de 29 de março de 2022, conforme alterada a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Santa Isabel, 05 de março de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), bairro Morro Grande, na Cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos.

A Companhia é responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1).

As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022.

Bens reversíveis, opção de renovação do contrato de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar de o contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão, inclui o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento

Notas Explicativas

das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros; iv) aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros que, por serem contratos executórios, serão

Notas Explicativas

reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 5 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 16. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
- 20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de

Notas Explicativas

arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança

Notas Explicativas

no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no

Notas Explicativas

valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4 Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.5 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros

Notas Explicativas

custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.6 Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.14

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre

Notas Explicativas

a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor

Notas Explicativas

contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o

Notas Explicativas

passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11 Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga

Notas Explicativas

contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.14 Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como

Notas Explicativas

prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Notas Explicativas

3.15 Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17 Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.18 Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.19 Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48).

3.20 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS

Notas Explicativas

- Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram

Notas Explicativas

definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 14 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do

Notas Explicativas

Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 14, 20 e 21.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	270.967	272.072	273.178	270.965	7.311.971
Financiamentos (a)	31.407	31.407	31.662	31.407	723.491
Fornecedores e outras obrigações	173.254	22.397	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	25.955	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	9.378	5.874
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	580.995	771.952
Total	590.373	777.826

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	1.301.402	255.469
Aplicações financeiras (a)	1.254.240	209.770
Conta reserva (b)	47.162	45.699

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,29% do CDI, equivalente a 14,64% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (100,01% do CDI, equivalente a 10,88% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa nº 14).

7. Contas a receber**7.1. Contas a receber líquidas**

	2025	2024
Circulante	130.370	111.678
Contas a receber das operações (a)	130.370	111.678
Não circulante	21.765	21.409
Contas a receber das operações (a)	21.765	21.409
Total	152.135	133.087

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos Títulos	2025	2024
Creditos a vencer	152.135	133.087
Total	152.135	133.087

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	818.112	716.608
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(278.158)	(243.647)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.726)	(1.494)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(457)	(519)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	5.256	5.518
Juros sobre capital próprio	90.109	60.572
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	656	1
Outros ajustes tributários	23	44
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(184.297)	(179.525)
Impostos correntes	(112.028)	(130.568)
Impostos diferidos	(72.269)	(48.957)
Alíquota efetiva de impostos	-22,53%	-25,05%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	15.934	12.740
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.848	5.641
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e COFINS	3.730	2.498
Plano de Incentivo de Longo Prazo	2.151	1.381
Pré-operacionalidade (a)	422	784
Constituição da provisão de manutenção	2.968	735
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.750	1.701
Provisão para fornecedores	63	-
Provisão para perda esperada - outros créditos	2	-
Compensação de imposto ativo	(15.934)	(12.740)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(126.481)	(51.018)
Amortização do custo de transação	(34.139)	(24.135)
Capitalização de juros	(91.191)	(26.280)
Arrendamento	(1.151)	(603)
Compensação de imposto passivo	15.934	12.740
Impostos passivos após compensação	(110.547)	(38.278)
Imposto diferido líquido	(110.547)	(38.278)

Notas Explicativas

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	(38.278)	10.679
Reconhecimento no resultado	(72.269)	(48.957)
Saldos em 31 de dezembro	(110.547)	(38.278)

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais está sendo realizado desde o início da operação, sendo realizadas de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	27	162.370	162.397	2	13.256	13.258
Aplicações financeiras	-	153.261	153.261	-	-	-
Bancos conta movimento	-	261	261	-	2.034	2.034
Contas a receber	27	63	90	2	6	8
Adiantamentos a fornecedores	-	8.766	8.766	-	11.216	11.216
Outros créditos	-	19	19	-	-	-
Passivo	11.910	14.045	25.955	11.481	31.970	43.451
Fornecedores e contas a pagar	11.910	14.045	25.955	11.481	31.970	43.451

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(523)	(523)	-	(249)	(249)
Custos / despesas - doações	-	(3.085)	(3.085)	-	(2.965)	(2.965)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(43)	(43)	-	(239)	(239)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(17.024)	(17.024)	-	(730)	(730)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	(149)	(149)
Custos / despesas - seguros	-	(211)	(211)	-	(79)	(79)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(10.640)	(10.640)	-	(10.038)	(10.038)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(67)	(67)	-	(91)	(91)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(646)	-	(646)	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	-	-	326	326
Receitas de aplicações financeiras	-	4.209	4.209	-	6.482	6.482
Repasse de custos e despesas - CSC	(146.446)	-	(146.446)	(137.168)	-	(137.168)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(35)	188	153	(301)	73	(228)
Imobilizado / Intangível	19	67.858	67.877	273	282.313	282.586

Notas Explicativas

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração (a) (b)	2.423	3.219
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.306	1.934
Outros benefícios:	1.117	1.285
Incentivo de longo prazo	97	-
Provisão para remuneração variável do ano	679	379
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (c)	286	860
Previdência privada	52	43
Seguro de vida	3	3

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 01 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 2.305, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

9.2. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2025	2024
Remuneração dos administradores (a)	883	1.206

- (a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria;
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 10.961, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave; e
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 665.

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.009	6.748	32.467	1.743	41.967	155.111	197.078
Adições	-	-	-	-	-	228.799	228.799
Baixas	(16)	-	-	-	(16)	-	(16)
Transferências	516	28.344	10.149	32.216	71.225	(71.225)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(161)	(161)	-	(161)
Depreciação	(141)	(3.143)	(10.166)	(1.691)	(15.141)	-	(15.141)
Outros	-	-	-	-	-	(604)	(604)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.368	31.949	32.450	32.107	97.874	312.081	409.955
Custo	1.559	35.284	45.517	34.193	116.553	312.081	428.634
Depreciação acumulada	(191)	(3.335)	(13.067)	(2.086)	(18.679)	-	(18.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.368	31.949	32.450	32.107	97.874	312.081	409.955
Adições	-	-	-	-	-	190.510	190.510
Baixas	-	-	(228)	-	(228)	-	(228)
Transferências	1.077	126.602	-	97.732	225.411	(225.411)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	70.077	-	-	70.077	-	70.077
Depreciação	(199)	(18.796)	(11.068)	(9.083)	(39.146)	-	(39.146)
Outros	-	-	-	-	-	(263)	(263)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.246	209.832	21.154	120.756	353.988	276.917	630.905
Custo	2.636	231.963	45.126	131.925	411.650	276.917	688.567
Depreciação acumulada	(390)	(22.131)	(23.972)	(11.169)	(57.662)	-	(57.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.246	209.832	21.154	120.756	353.988	276.917	630.905
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2025	10	16	24	11			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 84.292 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 23.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 4,44% a.a. e de 2,84% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129
Adições	-	-	36.463	36.463	1.372.683	1.409.146
Transferências	400.156	626	(627)	400.155	(400.155)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	161	161	-	161
Amortização	(62.239)	(27)	-	(62.266)	-	(62.266)
Outros (b)	(1.540)	-	-	(1.540)	(10.979)	(12.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.645.099	662	43.897	2.689.658	1.673.993	4.363.651
Custo	2.793.485	694	43.897	2.838.076	1.673.993	4.512.069
Amortização acumulada	(148.386)	(32)	-	(148.418)	-	(148.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.645.099	662	43.897	2.689.658	1.673.993	4.363.651
Adições	-	-	45.446	45.446	1.682.686	1.728.132
Transferências	1.307.824	11.078	(11.078)	1.307.824	(1.307.824)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(70.077)	(70.077)	-	(70.077)
Amortização	(76.565)	(930)	-	(77.495)	-	(77.495)
Outros (b)	(129.378)	-	-	(129.378)	(49.560)	(178.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.746.980	10.810	8.188	3.765.978	1.999.295	5.765.273
Custo	3.971.931	11.772	8.188	3.991.891	1.999.295	5.991.186
Amortização acumulada	(224.951)	(962)	-	(225.913)	-	(225.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.746.980	10.810	8.188	3.765.978	1.999.295	5.765.273
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	17				

- (a) Amortização pela curva de benefício econômico; e
- (b) Refere-se a sinistros e desapropriações.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	1.987.090
Obras da BR-116 - Serra das Araras	1.064.555
Obras da BR-116 - Região Rural de São Paulo	350.560
Obras da BR-101 - Duplicação	138.832
1ª intervenção de pavimento	101.006
Obras da BR-116 - Região Metropolitana de São Paulo	81.677
Obras de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116	76.597
Obras da BR-116 - Região Rural do Rio de Janeiro	70.681
Obras de reforço e alargamento de OAE's	31.118
Implantação de passarelas	29.455
Desocupação da faixa de domínio	15.683
Obras de recuperação de terraplenos e estabilização de taludes da rodovia	14.794
Obras de edificações	12.132

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 111.539 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 53.496 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 4,44%a.a. e 2,84% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas**12. Fornecedores**

	2025	2024
Circulante	171.309	140.908
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	147.400	105.021
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	90	360
Cauções e retenções contratuais (b)	23.819	35.527
Total	171.309	140.908

	2025	2024
Não circulante	22.397	13.276
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	13.276
Cauções e retenções contratuais (b)	22.397	-
Total	22.397	13.276

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BNDES - FINEMI (Subcrédito A - 1º desembolso)	8,6848420% a.a.	9,2597% (a)	Fevereiro de 2047	15.027	14.917	366.263	- (b) (c) (d)

	2025	2024
Circulante	3.052	-
Financiamentos	3.761	-
Custos de transação	(709)	-
Não circulante	363.211	-
Financiamentos	377.419	-
Custos de transação	(14.208)	-
Total	366.263	-

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;

Notas Explicativas

- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora Motiva.

Cronograma de desembolso (não circulante)**2025**

A partir de 2031	377.419
(-) Custo de transação	(14.208)
Total	363.211

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
2ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	3.783	3.604	530.139	507.546 (b) (c) (d) (e) (f)
2ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	15.131	14.415	2.120.557	2.030.183 (b) (c) (d) (e) (f)
2ª Emissão - Série 3	IPCA + 6,90% a.a.	6,9691% (a)	Junho de 2047	8.721	8.670	1.376.310	-
			Total		26.689	4.027.006	2.537.729

	2025	2024
Circulante	10.774	6.119
Debêntures	11.790	6.760
Custos de transação	(1.016)	(641)
Não circulante	4.016.232	2.531.610
Debêntures	4.041.905	2.549.630
Custos de transação	(25.673)	(18.020)
Total	4.027.006	2.537.729

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;

Notas Explicativas

- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (e) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (f) Suporte de capital da Motiva (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2025
A partir de 2031	4.041.905
(-) Custo de transação	(25.673)
Total	4.016.232

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, administrativos e contratuais.

15.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.467	2.537	-	-	5.004
Constituição	4.566	1.383	1	7	5.957
Reversão	(1.185)	(884)	-	(4)	(2.073)
Pagamentos	(3.908)	(691)	(1)	(3)	(4.603)
Atualização de bases processuais e monetária	392	469	-	-	861
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.332	2.814	-	-	5.146

15.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão

Notas Explicativas

foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	7.643	11.188
Trabalhistas e previdenciário	3.109	1.705
Total	10.752	12.893

16. Provisão de manutenção

	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.163
Constituição	6.127
Ajuste a valor presente	440
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.730

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital social

Em 18 de dezembro de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 225.272, mediante a incorporação de juros sobre o capital próprio conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/12/2025, sem a emissão de novas ações ordinárias. O capital social da Companhia passou de R\$ 2.185.554 para R\$ 2.410.826 dividido em 2.034.123 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

17.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	633.815
(-) Constituição de reserva legal	(31.691)
Lucro líquido ajustado	602.124
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	150.531
Total de juros sobre capital próprio	225.272
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	225.272

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio.

17.5. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2025, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 265.026, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R\$ 225.272, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 39.754. O valor líquido foi integralmente utilizado para o aumento de capital social da Companhia, aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 18 de dezembro de 2025.

17.6. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	633.815	537.083
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.034.123	2.034.123
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,3116	0,2640

Notas Explicativas

17.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 58.378 ações;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 58.378 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 10.185 ações, o cancelamento de 28.495 ações em razão de desligamentos, restando 93.202 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 397 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

Notas Explicativas**18. Receitas operacionais líquidas**

	2025	2024
Receita bruta	2.978.931	2.653.238
Receitas de pedágio	1.437.622	1.342.169
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.506.627	1.299.232
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	326
Receitas acessórias	14.588	11.511
Reequilíbrio de isenções judiciais	20.094	-
Deduções das receitas brutas	(131.376)	(121.612)
Impostos sobre receitas	(131.351)	(121.608)
Abatimentos	(25)	(4)
Receita operacional líquida	2.847.555	2.531.626

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(133.044)	(130.345)
Juros sobre financiamentos e debêntures	(205.413)	(154.277)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(119.694)	(49.760)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(440)	(71)
Capitalização de custo dos empréstimos	195.831	77.340
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(64)	(84)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(127)	(509)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(3.137)	(2.984)
Receitas financeiras	134.499	84.894
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	130
Ajuste a valor presente - arrendamento	2.055	2.018
Rendimento sobre aplicações financeiras	130.173	82.308
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	3
Juros e outras receitas financeiras	2.271	435
Resultado financeiro líquido	1.455	(45.451)

20. Instrumentos financeiros**20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		2025	2024
Ativo	Nível	2.044.000	1.166.390
Valor justo através do resultado		1.891.775	1.033.295
Caixa e bancos	Nível 2	9.378	5.874
Aplicações financeiras	Nível 2	1.835.235	981.722
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	47.162	45.699
Custo amortizado		152.225	133.095
Contas a receber das operações		152.135	133.087
Contas a receber de partes relacionadas		90	8
Passivo		(4.617.441)	(2.742.163)
Custo amortizado		(4.617.441)	(2.742.163)
Debêntures (a)		(4.027.006)	(2.537.729)
Financiamentos (a)		(366.263)	-
Fornecedores, obrigações com o Poder Concedente e outras obrigações		(198.217)	(160.983)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(25.955)	(43.451)
Total		(2.573.441)	(1.575.773)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	4.053.695	3.615.585	2.556.390	2.189.018

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Notas Explicativas

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(4.053.695)	(463.508)	(509.606)	(555.703)
TJLP	(381.180)	(50.844)	(55.158)	(59.473)
Efeito sobre financiamentos e debêntures		(514.352)	(564.764)	(615.176)
CDI	1.656.265	211.398	263.712	315.828
Efeito sobre as aplicações financeiras		211.398	263.712	315.828
Total do efeito líquido de perda		(302.954)	(301.052)	(299.348)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :				
	CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%
	TJLP ⁽⁴⁾	9,1900%	11,4875%	13,7850%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;
Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:
- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Taxa de 31/12/2025, divulgada pelo BNDES;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e TJLP).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

21.1 Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	13.907.512	14.812.092

Notas Explicativas

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21.2 Recursos vinculados

Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte, da Conta do Trecho Viúva Graça e da Conta do Free Flow para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial;
- (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente;
- (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 4,64% ((quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do Free Flow de São Paulo e do Trecho Viúva Graça, ao longo de todo o prazo de concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) a arrecadação da Conta do Free Flow, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano e 65% (sessenta e cinco por cento) da arrecadação da Conta do Trecho Viúva Graça, auferida por meio da cobrança no Trecho Viúva Graça, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a conta de Livre Movimentação.

Adicionalmente, até que ocorra a reclassificação tarifária relativa à entrega das obras da Serra das Araras e à entrega das obras da BR-101, será destinado à Conta de Ajuste o valor adicional correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta, sendo 1% (um por cento) para cada um dos itens mencionados, com exceção das receitas do Free Flow de São Paulo e Trecho Viúva Graça.

Em 2025 foram efetuados 2 (dois) pagamentos extraordinários à concessionária com valores oriundos da Conta de Recursos Vinculados mediante notificações de reequilíbrio deliberadas pela ANTT, são eles:

1. Reequilíbrio parcial cautelar referente 60% dos gastos apresentados para as obras emergenciais na rodovia BR-101/RJ/SP, destinadas à recomposição de terrenos afetados por instabilidade geológica decorrente de eventos climáticos extremos ocorridos entre os dias 31 de março e 1 de abril de 2022, no valor de R\$ 160.912.
2. Aplicação do reequilíbrio em compensação as isenções judiciais de veículos emplacados no município de Resende na Praça de Pedágio de Itatiaia para o período compreendido entre março de 2024 e fevereiro

Notas Explicativas

de 2025 totalizando o valor de R\$ 20.094.

Recursos Vinculados	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.707.762	1.502.718
Constituição	99.149	94.288
Reequilíbrio Modicidade	-	(3.017)
Reequilíbrio Isenções	(20.094)	-
Reequilíbrio Cautelar	(160.912)	-
Reembolso DUF ANTT	(35.707)	(32.467)
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido de IRRF e IOF)	199.585	146.241
Saldo no final do exercício	1.789.783	1.707.762

22. Demonstração do fluxo de caixa

22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	86.179	(1.569)
Tributos a recuperar	(2.686)	-
Fornecedores	88.865	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	(1.569)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(86.179)	-
Aquisições ao ativo intangível	(88.865)	-
Outros de ativo intangível	2.686	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	-	1.569
Aumento de capital	225.272	151.431
Juros sobre capital próprio	(225.272)	(151.431)
Passivo de arrendamento	-	1.569

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Financiamentos	Debêntures	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2.537.729)	(3.124)	(2.540.853)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(356.596)	(1.173.837)	3.277	(1.527.156)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(359.973)	(1.366.279)	-	(1.726.252)
Pagamentos de principal	-	-	3.277	3.277
Pagamentos de juros	3.377	192.442	-	195.819
Outras variações que não afetam caixa	(9.667)	(315.440)	(1.116)	(326.223)
Despesas com juros e variação monetária	(9.667)	(315.440)	-	(325.107)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	(989)	(989)
Ajuste a valor presente	-	-	(127)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(366.263)	(4.027.006)	(963)	(4.394.232)

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO – SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 44.319.688/0001-42

NIRE 35.300.580.664

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026, no valor de R\$ 1.672.000.000,00 (Um bilhão, seiscentos e setenta e dois milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 05 de março de 2026.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 1.672.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2026	R\$ 1.703.000.000,00
---	----------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2025	R\$ 919.393.894,85
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 783.606.105,15

Santa Isabel, 05 de março de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Santa Isabel – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos da concessão

Veja as Notas 3.6, 3.14 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.682.686 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis da administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Santa Isabel/SP, 05 de março de 2026.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO
Diretora Presidente e Diretora de Relações com os Investidores

GUILHERME MOTTA GOMES
Diretor

ANGELO LUIZ LODI
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Santa Isabel/SP, 05 de março de 2026.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO
Diretora Presidente e Diretora de Relações com os Investidores

GUILHERME MOTTA GOMES
Diretor

ANGELO LUIZ LODI
Diretor